

## ATO DE ARQUIVAMENTO

O Superintendente Regional de Meio Ambiente – SUPRAM/ASF, no uso de suas atribuições legais;

Considerando os termos da Papeleta de Despacho n. 487/2019, que recomenda o arquivamento do feito pelos fatos e fundamentos legais expostos;

Considerando, desta forma, a regra prevista nos artigos 16 e 17 da Resolução CONAMA n. de 19 de dezembro de 1997;

Considerando, por fim, que a “Administração pode declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou quando o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente” (Lei Estadual n. 14.184, de 31.01.2002);

Determino o **arquivamento do Processo Administrativo n. 26772/2011/001/2012** do empreendimento **Global Adonai Mineração Ltda.**, sito na Zona Rural do Município de Desterro de Entre Rios/MG.

**Diante disso, adotem-se as seguintes providências:**

- a) Publique-se o arquivamento dos autos, com a devida notificação ao empreendedor;
- b) Remeta-se os dados do mesmo à Diretoria Regional de Fiscalização Ambiental para fiscalização e apuração de eventuais infrações ambientais.
- c) Haja vista o encaminhamento do DAE, após a publicação devolva-se ao jurídico para possíveis providências.


Rafael Rezende Teixeira  
Superintendente SUPRAM ASF  
MASP 1.364.507-2

Divinópolis/MG, 23 de outubro de 2019.

**RAFAEL REZENDE TEIXEIRA**

Superintendente Regional de Meio Ambiente do Alto São Francisco  
MASP – MASP 1.364.507-2

**PARECER JURÍDICO PARA ARQUIVAMENTO**

	SECRETARIA DE ESTADO E MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL SUPRAM ASF	<b>PAPELETA DE DESPACHO</b>	N. 487/2019
			Data: 23/10/2019
		Documento Siam n. <b>0627239/2019</b>	
<b>Empreendimento: Global Adonai Mineração Ltda.</b> <b>CNPJ: 09.504.334/0001-77</b>		<b>Município:</b> Desterro de Entre Rios/MG	
<b>Assunto:</b> Arquivamento do Processo Administrativo n. 26772/2011/001/2012			
<b>De:</b> Marcela Anchieta Veiga Gontijo Garcia – Gestor Ambiental p		Unidade Administrativa: Área Jurídica – SUPRAM ASF	
<b>Para:</b> Rafael Rezende Teixeira		Unidade Administrativa: Superintendente – SUPRAM-ASF	
<p>Senhor Superintendente,</p> <p>Considerando que tramita nesta Superintendência Regional o processo administrativo n. 26772/2011/001/2012, sendo o requerimento para obter a LI pelo qual o empreendimento e titular do processo, <b>Global Adonai Mineração Ltda.</b>, inscrito no CNPJ sob n. 09.504.334/0001-77.</p> <p>Considerando que, não obstante a juntada dos documentos básicos para a formalização do processo e relacionados no FOBI, se fez necessário solicitar informações complementares à empresa para o regular andamento do licenciamento, consoante, dentre outras já solicitadas, o envio dos Ofícios SUPRAM-ASF n. 966/2013 e 734/2014, imprescindíveis para análise e continuidade do processo, com supedâneo no Decreto Estadual n. 44.844/2008 (atual Decreto n. 47.383/2018) e art. 22, da Lei Estadual n. 21.972/2016;</p> <p>Considerando que, não obstante o envio e a ciência das aludidas informações, se constatou que a empresa não atendeu todos os itens que foram solicitados pelo Órgão Ambiental, conforme manifestação técnica.</p> <p>Considerando ainda o teor do ofício n. 533/2019, que já oportunizou a comprovação do protocolo das aludidas informações.</p> <p>Considerando ainda, a manifestação técnica e jurídica a despeito das alegações apresentadas pelo empreendedor mediante papeleta n. 420/2019 e despacho n. 0590645/2019, que concluíram pelo não atendimento dos itens solicitados.</p> <p>Considerando o início do procedimento de arquivamento, foi elaborada planilha de custos de análise, bem ainda emitido o DAE para pagamento.</p> <p>Considerando que já foi observado o contraditório e a ampla defesa, visto que já foi garantida a oitiva do empreendedor para comprovação do cumprimento, foi expedido ofício n. 950/2019 encaminhado o DAE para pagamento.</p> <p>Considerando a Instrução de Serviço SISEMA n. 05/2017, editada em 27/04/2017 pela ASNOP – Assessoria de Normas e Procedimentos, que disciplina o procedimento de arquivamento de processos de regularização ambiental;</p> <p>Considerando, desta maneira, que a “Administração pode declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou quando o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente” (Lei Estadual n. 14.184, de 31.01.2002), fato este</p>			

consiste na completa perda de objeto por falta de interesse do empreendedor;


Considerando, por fim, a regra prevista nos artigos 16 e 17 da Resolução CONAMA n. 237, de 19 de dezembro de 1997 e Decreto Estadual n. 47.383/2018;

Recomenda-se o arquivamento do presente processo administrativo n.26772/2011/001/2012, com a publicação deste ato nos meios oficiais e notificação da decisão ao empreendedor, que deve proceder com a regularização ambiental do seu empreendimento acaso opte por operar suas atividades, sob pena das sanções previstas no Decreto n. 47.383/2018.

**Remeta-se os dados do mesmo à Diretoria Regional de Fiscalização Ambiental para fiscalização e apuração de eventuais infrações ambientais.**

**Os processos vinculados deverão ser do mesmo modo arquivados ou indeferidos. (UIs n. 08346/2014 e 22516/2013).**

**Haja vista o encaminhamento do DAE, após a publicação devolva-se ao jurídico para possíveis providências.**

  
Marcela Anchieta Veiga Gontijo Garcia  
MASP 1.316.073-4

Gestora Ambiental – Jurídico  
Diretoria Regional de Controle Processual  
Superintendência Regional de Meio Ambiente do Alto São Francisco